

Segurança pública

---



*Editor responsável*  
Wilhelm Hofmeister

*Coordenação editorial*  
Reinaldo Themoteo

*Conselho editorial*  
Antônio Octávio Cintra  
Fernando Limongi  
Fernando Luiz Abrucio  
José Mário Brasiliense Carneiro  
Lúcia Avelar  
Marcus André Melo  
Maria Clara Lucchetti Bingemer  
Maria Tereza Aina Sadek  
Patrícia Luiza Kegel  
Paulo Gilberto F. Vizontini  
Ricardo Manuel dos Santos Henriques  
Roberto Fendt Jr.  
Rubens Figueiredo

*Revisão*  
Reinaldo Themoteo

*Capa, projeto gráfico e diagramação*  
Cacau Mendes

*Impressão*  
Imprinta Express

---

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer IX (2008), nº 4  
*Segurança pública*

Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2009.  
ISBN 978-85-7504-133-8

---

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER  
Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar  
CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil  
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Apresentação .....	7
Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal SÉRGIO ADORNO .....	9
Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública SILVIA RAMOS E ANABELA PAIVA .....	29
Polícias Cíveis e Políticas de Segurança Pública no Brasil .... JÉSIUS TRINDADE BARRETO JÚNIOR	43
Reflexões críticas sobre o processo de qualificação das polícias no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil ELISANGELA MELO REGHELIN .....	51
Segurança Pública e Justiça Penal no Brasil RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO .....	59
Violência e Juventude: o sistema brasileiro de atendimento socioeducativo LIANA DE PAULA E RENATO SÉRGIO DE LIMA .....	71
Segurança pública e violência no Brasil JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS .....	83
Reforma Policial na América Latina: contribuições da Rede Latino-Americana de Policiais e Sociedade Civil RACHEL MAÎTRE E ANTÔNIO CARLOS CARBALLO BLANCO .....	97

---

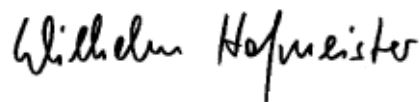
**A** segurança é dos temas mais candentes na sociedade. Por parte da sociedade civil os frequentes episódios trágicos envolvendo vítimas inocentes provocam comoção pública, gerando justa cobrança por parte de várias organizações, no sentido de combater a criminalidade que grassa. Os desafios são numerosos, e complexos.

Falar em segurança pública com propriedade é tarefa que requer, na atualidade, considerar uma série de novos elementos que contribuem para os moldes atuais da violência nos grandes centros urbanos. Isso significa considerar fatores políticos, socioeconômicos, tecnológicos, ambientais, entre outros. Pensando aspectos socioeconômicos podemos citar como exemplo as implicações do processo de globalização. Junto à estruturação das economias, em nível internacional, num contexto de interdependência, a economia do crime também sofre mudanças significativas, como a formação de redes internacionais de tráfico de drogas, contrabando, prostituição, cyber pirataria. No caso do tráfico de drogas o fator tecnologia conduz o foco do combate a um novo patamar, posto que as drogas sintéticas são uma recente e crescente ameaça, e os laboratórios do tráfico não se limitam mais ao refino da coca, mas também à produção e desenvolvimento desse tipo de drogas. Essas novidades impõem aos órgãos competentes a necessidade de aprimoramento constante. Nesse rol de mudanças tornam-se mais evidentes os problemas concernentes à justiça penal e ao sistema carcerário, cuja superlotação, fugas em massa e rebeliões frequentes convocam governantes, autoridades policiais e sociedade civil a pensar nas mudanças que se fazem necessárias. A sociedade mudou, inclusive a forma como a mídia trata de segurança pública e violência. Estarão as polí-

ticas de segurança pública acompanhando o ritmo das mudanças da sociedade? As polícias estão preparadas para enfrentar a criminalidade, da forma como ora se apresenta? Como estão sendo pensadas as políticas de segurança pública em médio prazo?

Tomando em consideração um período de cerca de trinta anos até hoje identifica-se facilmente diversas mudanças fundamentais. Houve, no Brasil, a redemocratização, uma nova constituição, os avanços em termos de informática e telecomunicações que mudaram de modo irreversível o modo de vida das pessoas. Novos estilos de vida surgiram, e novas modalidades de crime não tardaram a se fazer presentes, exigindo das polícias respostas eficazes às novas ameaças. O acentuado crescimento demográfico nos grandes centros urbanos nas últimas décadas constitui desafio grave em todos os setores da administração da coisa pública, sendo a área de segurança pública um dos pontos nevrálgicos, considerando os crescentes índices de criminalidade. Todas essas novas variáveis trazem à tona assuntos fundamentais na agenda de discussão sobre segurança pública no Brasil: políticas públicas de enfrentamento da violência, estratégias para formação e qualificação das polícias, questão salarial, reforma do judiciário, código penal etc. Os altos índices de mortes de pessoas inocentes em ações policiais apontam a urgência de se pensar na qualificação policial para muito além da compra de coletes à prova de balas, armamento e viaturas. A demora na adoção de medidas consistentes e sustentáveis nesse setor apenas aumenta a sensação de insegurança e impunidade, por parte da população. Setores da sociedade civil cobram ações mais enérgicas da polícia, uma justiça mais ágil e políticas governamentais mais efetivas no combate à criminalidade. Tais demandas na área de segurança pública tem recebido diversas respostas.

O tema é complexo e não raro polêmico. Para abordar essa temática convidamos diversos especialistas para expor alguns aspectos numa perspectiva crítica, objetivando contribuir no debate sobre segurança pública no Brasil de modo que possamos refletir a partir de diversas perspectivas sobre o assunto.



WILHELM HOFMEISTER

*Diretor*

Centro de Estudos  
Fundação Konrad Adenauer

SÉRGIO ADORNO

A sociedade brasileira vem conhecendo profundas transformações econômicas, sociais e políticas nas últimas duas décadas. Importantes segmentos do mercado vêm experimentando acelerado processo de modernização tecnológica. Seu parque industrial – o mais importante da América Latina – vem se diversificando e adquirindo maior complexidade. O setor de serviços, cada vez mais informatizado, passou a desempenhar um papel menos secundário na composição do produto interno bruto. As políticas econômicas adotadas, em especial desde a criação do plano real (Governo Itamar Franco, 1992-1994), aprofundadas no governo subsequente (Fernando Henrique Cardoso, 1994-2002) têm buscado rigoroso controle da inflação, estabilização monetária, redução da presença do Estado no mercado mediante um extenso programa de privatização e contenção dos gastos públicos. Com isto, o governo brasileiro aprofunda a integração do país ao mundo globalizado e tenta enfrentar complexos desafios postos pelo desenvolvimento.

Nesse domínio, o governo Lula da Silva (2002:2007) manteve as diretrizes fundamentais dessas políticas econômicas, porém as redirecionando em parte. Ao invés de dar prosseguimento a um programa de privatizações, optou por aprofundar programas sociais de renda mínima voltadas para as famílias de menor ingresso e situadas nos tradicionais bolsões de pobreza. Por isso, a

<sup>1</sup> Este texto constitui versão revista, ampliada e atualizada de: Adorno, S. (2006). "Crimen, punición y prisiones em Brasil: um retrato sin retoques." *Quorum* – Revista Iberoamericana – Universidad de Alcalá (Espanha), invierno 2006, 16: 41-49.